

POTTS, Annie; ARMSTRONG, Philip; BROWN, Deirdre. A New Zealand book of beasts: animals in our culture, history and everyday life. Auckland: Auckland University Press, 2013, 288p.

FELIPE VANDER VELDEN

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i1p314-318

Nas antípodas do globo, tão distante de nós no Brasil, a Nova Zelândia evoca sobretudo bucólicas imagens de uma paisagem de aparência europeia povoada pelas plácidas ovelhas que constituem o grosso da economia do país. Mas, não esqueçamos: ovelhas e carneiros foram introduzidos pelos colonizadores britânicos no século XVIII, num dos exemplos sumamente exitosos do processo intencional de familiarização das paisagens exóticas que Alfred Crosby (2004) denominou *imperialismo ecológico*. Esses ruminantes europeus conformam, assim, tão somente uma pequena parte da complexa história das relações entre humanos e animais neste arquipélago do Pacífico Sul. Dessa história, e de seus frutos na cultura, na arte, na ciência e na vida cotidiana dos neozelandeses, trata este multifacetado livro escrito a seis mãos.

A complexidade desta história dos animais na Nova Zelândia vai além das ovelhas e de sua carne, pois este produto colonial está entrelaçado, na própria identidade nacional, com sua fauna nativa, não apenas repleta de espetaculares endemismos – os aficionados por esportes talvez não saibam que os *Kiwis*, como são chamados os famosos jogadores da poderosa seleção de rugby do país (os *All Blacks*), derivam seu nome de uma ave nativa, o simpático kiwi (gênero *Apterygidae*), um dos símbolos do país, e que também dá nome a uma fruta¹ – como também tristemente recheada de espécies recentemente extintas ou hoje criticamente ameaçadas de extinção. O livro começa assim: justapondo o familiar e o exótico, o local e o introduzido, o natural e o industrial, o raro e o massivo, o material e o simbólico, anunciando a intrincada trajetória *naturalcultural* – emprestando a feliz expressão de Donna Haraway (2008) – da nação que, de certo modo, é internacionalmente conhecida por binarismos, a começar por aquele que opõe/conecta os Maori polinésios e os brancos de origem europeia: *Aotearoa New Zealand*. Os vários dualismos, contudo, nunca admitem

¹ *Kiwi*, de fato, é um epíteto adotado pelos neozelandeses para definirem-se a si mesmos, como os nacionais daquele país em geral, sejam eles Maori ou Pākehā (termo na língua maori que indica os neozelandeses de ascendência europeia).

soluções simples – feitos de categorias “ilógicas e auto-contraditórias”, “paradoxais e inconsistentes” (p. 3), de modo muito semelhante ao que se passa no Hawaii (Helmreich, 2005), igualmente caracterizado por fortes tensões entre o nativo e o adventício – e as relações entre humanos e animais constituem importante aspecto nesta complicada história que informa muito do que sabemos, ou pensamos saber, sobre a Nova Zelândia – e muito do que a própria Nova Zelândia sabe, ou pensa que sabe, sobre si mesma. A começar pelo fato de que o destino trágico da rara natureza endêmica corresponde, simétrica e inversamente, ao pujante desenvolvimento do pastoreio das espécies domésticas introduzidas.

Propondo ler os engajamentos simultaneamente materiais e simbólicos entre humanos e não humanos – movimento necessário à renovação dos estudos antropológicos com animais (cf. VANDER VELDEN, 2017) – este moderno “bestiário” ou “livro das feras” (*beasts*) de Potts, Armstrong e Brown é organizado em quatro partes – *animal icons* (com quatro capítulos por Armstrong, que exploram animais icônicos fauna local: moas, ovelhas, golfinhos e baleias), *companion animals* (por Potts, três capítulos que analisam *pets* ou animais de companhia² no arquipélago desde os tempos pré-coloniais, incluindo um interessantíssimo sobre os *mōkai*, os *pets* maori), *art animals* (por Brown, com dois capítulos em torno dos animais nas artes visuais, incluindo artefatos, roupas e adornos Maori e mesmo artefatos arqueológicos) e *controversial animals* (dois capítulos, escritos novamente por Potts, que examinam duas controvérsias contemporâneas: o controle de pragas invasoras e o consumo de carne) –, além de uma introdução pelos três autores. Cada seção traz a marca individual de seus escritores, mas o resultado da co-autoria é uma potente história cultural crítica dos engajamentos com animais na trajetória histórica e na sociedade desta nação insular cujo período moderno é inaugurado pelo navegador holandês Abel Tasman no século XVII e, mais decididamente por sir James Cook já na centúria seguinte.

A mais interessante, e impactante, proposta deste livro, penso, é a ideia de que “não existe tal coisa como um ponto de vista neutro ou objetivo no estudo das relações entre humanos e animais (p.4, minha tradução). Os autores defendem, aqui, que, que a neutralidade apenas conserva formas de naturalização da nossa relação com animais – fundadas no poder dos discursos biológico-científicos – que não contribuem para o entendimento das intrincadas relações entre natureza e cultura que conformam o que são os animais, e o que são os animais *para nós*. É por esta razão que muito do que se discute na obra termina com a questão da pecuária, especialmente ovina, que é orgulho nacional: questões ambientais, narrativas históricas, clivagens étnicas, indicadores econômicos, eventos culturais – tudo desemboca, quer queira, quer não, nos problemas colocados pela criação animal e pelo consumo de carne, que é, inclusive, um dos pontos de conexão atuais da Nova Zelândia com o planeta. Assim, é por meio da crítica política, histórica e sociocultural da pecuária que os autores não apenas leem muito das relações entre humanos e não humanos

² Potts (p.138-139) distingue, seguindo James Serpell, o *pet* do *companion animal*: o primeiro um animal pensado como “ornamento, acessório ou coisa” envolvido em uma relação entre dono/mestre e escravo/servo e o segundo, ao contrário, como companheiro em um nexos com seu “guardião ou cuidador”.

nas ilhas, como igualmente sustentam a necessidade desta *démarche* crítica como sua forma de posicionamento diante desses mesmos cenários.

Nesse último sentido, a obra aposta decisivamente na observação de várias espécies como – nas palavras de Philip Armstrong (p.12) – “burros de carga conceituais” (*conceptual beasts of burden*), portadores de significados humanos: trata-se, então, de conferir um peso maior ao conteúdo simbólico, semiótico ou representacional dos animais do que o que vem sendo efetuado pela maior parte dos arautos da “virada animal(ista)”, com seu excessivo foco na agência (ou actância) dos não humanos. Os animais continuam bons para pensar, obviamente, e para proibir, xingar, simbolizar, metaforizar, moralizar e significar uma plethora de ações e produções muito humanas. Não é fortuito, então, que o livro em análise seja definido como um bestiário, nos moldes dos conhecidos bestiários medievais, em que a materialidade das criaturas vivas (incluindo algumas que, hoje, consideramos imaginárias, como dragões e basiliscos) e seus múltiplos sentidos alegóricos, religiosos e/ou pedagógicos nunca podem ser separados (cf. HASSIG, 2000).

Parece-me, contudo, que tomar os animais como signos ou símbolos – como veículos da ação intelectual e da capacidade criativa humanas – tornou-se anátema na antropologia contemporânea: pois implicaria, parece-me, em repetir velhos e perniciosos hábitos tanto intelectuais – um certo funcionalismo (mais radcliffe-browniano do que malinowskiano, creio) e (talvez pior!) um estruturalismo bem pouco afeito ao mundo real – quanto políticos – a desconsideração pelos animais em si mesmos, seres que sentem, sofrem e morrem, em favor do que eles são para as sociedades humanas que com eles se relacionam. Nada mais distante da realidade, óbvio: os animais são simultaneamente as duas coisas, mesmo porque matéria e sentido/significado não se apartam (cf. HENARE, HOLBRAAD; WASTELL, 2006; para o caso específico de animais, ver LIEN; LAW, 2011). *A New Zealand book of beasts* oferece um extenso panorama deste fecundo tratamento das relações entre humanos e animais, que não põe os engajamentos carnis entre uns e outros adiante das ricas produções culturais que advêm dos encontros pluriespecíficos.

Esta fascinante viagem antropológica pelas relações humanas com a variada e insólita fauna das antípodas – tanto selvagem quanto doméstica, e tanto nativa como introduzida, e lembrando-se, aqui, que foram dois eventos de introdução, primeiro pelos polinésios ancestrais dos Maori e, posteriormente, pelos colonizadores ingleses, o que sempre aquece os debates em torno da autoctonia e da bioinvasão (conforme evidenciado especialmente no capítulo 10, de Potts) – é ricamente ilustrada por cinco cadernos de pranchas coloridas (a maioria das imagens sendo discutida na seção de dois capítulos escrita por Brown), o que está em consonância com uma sensível atenção por parte dos autores aos trabalhos de arte locais (artes visuais, como pintura, desenho, fotografia e cinema, mas com destaque também para a literatura kiwi, muito pouco conhecida entre nós) que se engajam com a questão animal no país, histórica e contemporânea, sejam eles Maori ou Pākehā. É inegável, além disso, que a obra foi redigida mirando especialmente no público leitor neozelandês – indicam-no, por exemplo, o constante emprego, pelos autores, dos pronomes da primeira

pessoa do plural, a aparição de muitas referências históricas, artísticas e culturais nacionais, e o extenso uso de termos em língua Maori de uso corrente no inglês local, sem falar nos nomes locais (em inglês e em maori) das muitas espécies de animais (particularmente pássaros) que são exclusivas das ilhas, e que são amplamente desconhecidas para a maioria dos que não conhecem o país.

Entretanto, o livro não carece, seguramente, de interesse a antropólogo(a)s, historiador(a)s e outro(a)s especialistas brasileiro(a)s interessado(a)s nas relações materiais e representacionais entre animais humanos e não humanos. Não somente por algumas inovadoras contribuições teórico-metodológicas no campo dos *human-animal studies*, como também pelo delicioso (se bem que às vezes muito amargo) sabor das histórias contadas nas suas quase trezentas páginas – entre elas, que são especialmente deliciosas para minhas próprias pesquisas, aquelas que exemplicam formas maori de (palavras de Deirdre Brown, p. 172-174) “contra-colonização do mundo dos animais exóticos” (introduzidos) por meio da arte e da tecnologia. Ademais, se a Austrália vem se firmando, há algum tempo, como importante e inovador centro de pesquisas antropológicas sobre interações humano-animais – vide os trabalhos de Deborah Bird-Rose, Thom van Dooren, David Trigger, Ian McNiven, entre muitos outros –, seus vizinhos do sul mostram, com *A New Zealand book of beasts*, que o outro lado do mundo tem muito a nos oferecer para pensarmos nos complexos, multifacetados e frequentemente contraditórios lugares que os animais ocupam em nossas histórias, nossas culturas e em nossas vidas cotidianas³. Seja na Nova Zelândia, seja no Brasil.

Apraz-me, assim, fantasiar sobre um “Livro Brasileiro dos Animais”, em que se possa narrar e analisar antropológicamente a trajetória das relações entre humanos e não humanos nessas paragens tropicais. Pois trata-se, aqui, de um trabalho de amplo escopo que busca um panorama dos animais em uma sociedade nacional, em um país, interessado em “tipos locais de animais” e em “modalidades especificamente nacionais de relações entre humanos e animais” (nas palavras de Annie Potts, p. 126). Poderíamos, então, talvez, viajar das araras possivelmente conservadas nas aldeias do povo de Luzia ao devastador domínio dos bois no agronegócio brasileiro contemporâneo. Nisso, Brasil e Nova Zelândia tem muito em comum: o que começa com aves nativas – os papagaios desta Terra Papagali e as aves que povoam o país (real e imaginário) Maori originalmente desprovido de mamíferos (com a exceção de algumas espécies de morcegos e do cachorro doméstico) – parece terminar na pecuária bovina ou ovina. Talvez esta seja uma recorrência histórica global que merece um estudo comparativo mais detalhado: as controvérsias (animais como inimigos e animais como commodities) discutidas por Potts na última parte do livro, por exemplo – que trata do controle de espécies exóticas invasoras (no caso neozelandês, um marsupial de origem australiana) e da experiência de vegetarianos e veganos em um país dominado pela cultura da carne (onde a vida pastoril e o churrasco são formadores da própria identidade nacional,

³ É interessante pensar neste livro como uma resposta dos estudiosos das relações humano-animal neozelandeses ao sucesso de seus congêneres na Austrália, país com o qual a Nova Zelândia mantém uma relação de amor e ódio (POTTS, p. 206).

além de capitanearem a economia das ilhas) –, muito se assemelham a dilemas enfrentados hoje no Brasil (pensemos no combate aos javalis e, de novo, no agronegócio). Certas coisas, então, parecem nos conectar a esses nossos companheiros do hemisfério sul, do outro lado do mundo.

Referências bibliográficas

- CROSBY, Alfred. *Ecological Imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 (Studies in Environment and History).
- HARAWAY, Donna. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- HASSIG, Debra (ed.). *The Mark of the Beast: the medieval bestiary in art, life, and literature*. London: Routledge, 2000.
- HELMREICH, Stefan. How scientists think: about ‘natives’, for example. A problem of taxonomy among biologists of alien species in Hawaii. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol.11, n.1. p.107-128, 2005.
- HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari (eds.). *Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically*. London: Routledge.
- LIN, Marianne; LAW, John. ‘Emergent Aliens’: on salmon, nature, and their enactment. *Ethnos*, vol.76, n.1. p.65-87, 2011.
- VANDER VELDEN, Felipe. Introdução ao Dossiê. R@U: Revista de Antropologia Social da UFSCAR vol.7, p.7-16, 2017.

autor

Felipe Vander Velden

É professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Recebido em 06/02/2019

Aceito para publicação em 19/06/2019